




11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

**DEMOCRACIA E SAÚDE!
SAÚDE COMO DIREITO!
CONSOLIDAÇÃO E FINANCIAMENTO DO SUS!**

05, 06 e 07 de abril





Surdos marcam presença na 11ª Conferência Municipal de Saúde de Campinas



Surdos na abertura (05/04/19)



Surdos na Plenária Final (07/04/19)



Surdos nos trabalhos em grupos (06/04/19)

Agradecemos às mais de 40 pessoas que contribuíram com a arrecadação de dinheiro para pagamento dos 5 intérpretes de Libras que trabalharam intensamente na Conferência

Agradecemos à APASCAMP pelo pagamento de 1 intérprete para os três dias de Conferência

Sem a mobilização da sociedade civil não haveria acessibilidade às pessoas surdas, pois a oferta de apenas um intérprete pela Prefeitura de Campinas, somente para a noite de abertura, não seria suficiente.

A Conferência é para todos e todas! Quando há acessibilidade no local, há participação!







Quem participou?

	DIA 05			DIA 06			DIA 07		
	TOTAL	%	% s/ participantes	TOTAL	%	% s/ participantes	TOTAL	%	% s/ participantes
USUÁRIOS	149	35,6	50	159	30,1	43,2	133	34,6	41,3
TRABALHADORES	76	18,1	25,5	107	20,3	29,1	96	25	29,8
GESTORES	73	17,4	24,5	102	19,3	27,7	93	24,2	28,9
PARTICIPANTES LIVRE CREDENCIAMENTO	121	28,9		160	30,3		62	16,2	
TOTAL	419	100	100	528	100	100	384	100	100




Quantas propostas foram aprovadas em âmbito municipal, estadual e federal ?

-  **Saúde como Direito: 39**
-  **Consolidação dos Princípios do SUS: 48**
-  **Gestão e Financiamento do SUS: 38**
-  **Total: 125**




Saúde como Direito: municipal

 Garantir a EQUIDADE no atendimento do usuário SUS e em especial das populações vulneráveis (pessoas com doenças raras, negligenciadas e com deficiência, população carcerária, refugiados, quilombolas, profissionais do sexo, indígenas, negras, cigana, em situação de rua, idosos, população Trans e LGBTI e outras que sofram em decorrência de violências sociais e institucionais), ampliando a acessibilidade com adequação de serviços às pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, adequando recursos humanos (intérprete de libras, libras-táteis contratados através de concurso público, sobretudo para hospitais públicos em todos os turnos de trabalho como apoio aos profissionais de saúde), estrutura física (acessibilidade) e tecnológica (aplicativos, painéis de senha, sensores táteis). Promover políticas específicas para o combate ao tabagismo e obesidade.




Consolidação dos Princípios do SUS: municipal

 Fortalecer e implementar a Política Nacional de Atenção Básica (AB) em Campinas a partir da Estratégia da Saúde da Família (ESF), reafirmando o papel da AB na prevenção, promoção e recuperação da saúde e como ordenadora do sistema, garantindo-se estrutura física, equipamentos necessários e Equipes de SF (EqSF) com Saúde Bucal completas não ultrapassando o máximo de 4 EqSF por UBS, mantendo o número de ACS de acordo com o número de habitantes; equipes incrementadas com apoio dos profissionais do Núcleo Ampliado de SF (educador físico, nutricionista e outros profissionais de acordo com o perfil epidemiológico da população), utilizando-se critérios de dimensionamento das equipes e da adscrição do território, o real crescimento populacional anual e vulnerabilidade, garantindo acesso a todos os setores da unidade (aferição PA, procedimentos, vacinas, medicamentos, etc.) durante todo o horário de funcionamento, ampliação do horário de funcionamento das UBS das 7 às 19h, de segunda a sexta, considerando a realidade do território e da oferta efetiva de serviços. Em relação às UBS que abrem aos sábados, é necessário estudo da realidade do custo-benefício.



Gestão e Financiamento do SUS: municipal

 Reiterar as deliberações da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Conferências Municipais e sucessivas deliberações do Conselho Municipal de Saúde (CMS), revogar a Lei 01/2015 (Lei das Organizações Sociais) e a Lei Complementar 191/2018 que criou a Rede Mário Gatti (RMG) com a consequente municipalização e atribuição à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da liderança da atenção à Urgência, Emergência e Hospitalar, além da reintegração do Complexo Hospitalar Prof. Edvaldo Orsi – Hospital Ouro Verde (aprovada há 8 anos no CMS) e dos Pronto Atendimentos à gestão da SMS, com controle social e instituição de colegiados gestores; integrar estes serviços à AB, Especialidades e Vigilância, passando-os gradualmente à gestão dos distritos, constituindo redes territoriais, fortalecendo os serviços próprios em detrimento da contratação de serviços terceirizados/privados; abolir qualquer forma de privatização e terceirização dos serviços de saúde como: convênios com OS, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Fundações Estatais de Direito Privado, Serviços Sociais Autônomos ou outros formatos que subcontratam empresas privadas que fragmentam e desarticulam a rede de saúde de Campinas e são fontes incontroláveis de desvios de recursos públicos e corrupção. Enquanto não houver a revogação, que seja garantida pela Prefeitura que a RMG não realize contratos terceirizados para a equipe assistencial dos serviços que compõem a Rede, fortalecendo os serviços próprios com aumento de financiamento e realização de concursos públicos.



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Estaduais


O papel do Estado como disciplinador e fomentador do Direito à Saúde


Instituir ações de educação sobre a atenção à saúde da População Trans para trabalhadoras e trabalhadores de saúde, desde a formação escolar/acadêmica, passando pela educação na própria rede, bem como num processo permanente de educação/informação sobre todos os seus direitos, como o uso do nome social, que contribua para a redução dos danos que este grupo social sofre em decorrência de violências sociais e institucionais, garantindo-se o respeito ao princípio constitucional da dignidade humana e ao princípio da equidade no Sistema Único de Saúde.



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Estaduais

A função reguladora do Estado na estruturação do SUS


 Garantir a articulação entre os diversos serviços que compõem as redes de atenção à saúde, em especial as farmácias e postos de distribuição de medicamentos excepcionais (Alto Custo) com demais serviços da rede de Campinas e região e exigir que a Secretaria de Estado da Saúde amplie o número de unidades destes postos, preferencialmente que haja uma unidade em cada Distrito de Saúde, garantindo espaço físico, abastecimento e pessoal, promovendo a desburocratização, removendo barreiras, descentralizando e facilitando assim o acesso efetivo e humanizado.


 Criar centrais de regulação regionais sob gestão pública e compartilhada entre Estado e Municípios, para garantir as referências intermunicipais pactuadas, eletivas de urgência, de alta e média complexidade, a partir da Atenção Básica, com agilidade e resolutividade, que possa abranger todos os prestadores com adequação da oferta às necessidades de estruturar as Centrais de Regulação em todos os Departamentos Regionais de Saúde.



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Estaduais


 **A resistência do SUS frente às formas restritivas do financiamento**


 **Realizar auditoria da dívida pública estadual e federal. Não é aceitável que mais de 40% do orçamento da União seja destinado ao pagamento da dívida pública, pois sequer temos conhecimento se a mesma é legal, em contraposição aos já limitados e agora estrangulados pela EC 95/2016 orçamentos da Saúde.**

 **O Estado deverá fornecer todos os insumos conforme previsto no Plano Nacional de Imunização, respeitando a N.R. 32: seringas com volume e graduação adequadas para a campanha de influenza. Deverá garantir a inclusão do município de Campinas na relação dos municípios contemplados para o recebimento de insumos para usuários estomizados.**



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Estaduais

 **Participação Social - Cidadania, ética, direitos e deveres para emancipação do coletivo**

 **Ampliação do acesso dos usuários às informações e recursos necessários, incluindo educação, nas mais variadas questões relacionadas à sua saúde. Garantir a transparência e ampla divulgação das informações aos usuários, trabalhadores e gestores.**

 **Garantir a consolidação dos Conselhos de Saúde em todos os níveis federativos, propondo estratégias de avaliação e acompanhamento nas deliberações pactuadas, consolidando a Lei nº 8142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade no SUS.**



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Nacionais

Saúde como direito


Defender o fortalecimento e a consolidação do SUS como política fundamental para a democracia brasileira. Que se cumpra tudo o que está previsto na Constituição Federal e nos princípios doutrinários e organizativos do SUS.

Fortalecer as Redes de Atenção Psicossocial garantindo o financiamento para todos pontos de atenção (consultório na rua interligado à AB, Serviços de Geração de Renda, SRT, leitos de Saúde Mental em Hospital Geral, CAPS, CAPS IJ e Centros de Convivência) e os Núcleo Ampliado de Saúde da Família de forma complementar à AB sob princípio da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos, com cuidado humanizado e contra todas as práticas manicomiais: exclusão, tortura, maus tratos e violação de direitos humanos, já denunciados pela sociedade civil e poder público, em instituições como Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas, respeitando resoluções de conferências anteriores, garantindo equipes completas, capacitação e supervisão e privilegiando o protagonismo dos usuários.



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Nacionais

Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)


 Os Conselhos de Saúde em todos os níveis devem se articular para combater a proposta de reforma da Previdência Social que, se aprovada, interferirá na Seguridade Social, determinando mais adoecimento da população. A proposta atual aponta falsamente como deficitária a Previdência, porém não considera as fontes de financiamento já estabelecidas.

 Garantir a consolidação dos Conselhos de Saúde em todos os níveis federativos, propondo estratégias de avaliação e acompanhamento nas deliberações pactuadas, consolidando a Lei nº 8142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade no SUS.



Propostas priorizadas Plenária Macrorregional – 09/05: Nacionais

 **Financiamento adequado e suficiente para o SUS.**

 **Afirmar, defender e garantir o caráter público e universal do direito à saúde de qualidade segundo as necessidades da população, nos diversos níveis de atenção, com o fim de toda e qualquer forma de terceirização e subfinanciamento aos serviços; retomada do financiamento dos hospitais estaduais públicos inseridos nas redes de atenção regional à saúde, responsáveis pela formação e qualificação profissional, garantindo que os serviços prestados integrem uma rede de atenção à saúde estruturada de forma eficiente e efetiva. Revogação das leis federais, estaduais e municipais que deram origem às Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e suas subsidiárias, Serviços Sociais Autônomos e aquelas que permitem e/ou preveem as Parcerias Público-Privadas, com Comunidades Terapêuticas e demais contratações de serviços.**

 **Fortalecer a Descentralização, princípio constitucional do SUS, por meio da distritalização nas grandes cidades, garantindo autonomia para a gestão dos recursos de forma a atender as necessidades de saúde do território.**



Delegação eleita para Plenária Macrorregional – 09/05

Segmento	Quantos Titulares	Nomes
Usuários e Usuárias	24	Nayara, Maria Helena, Izabel Azevedo, Maria de Lourdes (Deka), Domingas, Erica, Vera Elisa, Maria Trovó, Isabel Oliveira, Neide, Rosnely, Joana Julia, Cecílio, Paulo Mariante, José Luiz, Valdir, Paulo Martins, Paulo Camacho, Moises, Erculano, Thiago, José Orlando, Antonio Xavier, Alcides
Trabalhadores e Trabalhadoras	09	Francielly, Luciana, Helenice, Francisco (Chicão), Núbia, Edson Pavarini, Fernanda, Rogério, Ricardo
Gestores e Gestoras	10	Aloide, Dejniz, Edson Malvezzi, Jorge Ávila, Livia Agy, Luiz Seragi, Marlene, Cristina Ilário, Ivonilde, Marta



Próximos Passos

Conteúdo do Relatório da 11ª Conferência disponibilizado em

10 de maio de 2019

Primeira tiragem impressa

1000 exemplares para divulgação aos Conselhos e Serviços

2ª Marcha Em Defesa do SUS

“A Esperança Somos Nós!”

19 de junho

16h

concentração no Largo do Rosário Marielle Franco





**O SUS é nosso!
Ninguém tira da gente!
Direito conquistado,
Não se compra,
Não se vende!!**

